

## Rumo à nova Constituição

# Ato público inaugura 'lobby' sindical na Constituinte

Janio de Freitas

## Café pequeno

Primeira fase do governo Sarney. Ainda sob o clima dos objetivos proclamados para o governo Tancredo, embora já definitivamente sem ele, os ministros começam a escolher os ocupantes dos principais postos. De repente, Roberto Gusmão, da Indústria e Comércio, vê-se como pivô da primeira crise no governo: ao escolher o novo presidente do Instituto Brasileiro do Café pelos critérios estabelecidos de probidade e competência, é procurado por emissários de Sarney para que esqueça o nome de Jório Dauster, mas recusa-se a fazê-lo. O presidente quer o lugar para Roberto de Abreu Sodré, Gusmão não cede, marca-se uma conversa dos dois na fazenda de Sarney. Depois de recorrer em vão até aos desagradados do SNI com o indicado por Gusmão (Jório sofreu anos de preterição no Itamaraty, porque um irmão seu envolveu-se com movimentos armados), o presidente desabafa de uma vez: "Olha aqui, Gusmão, nós temos que fazer é um governo de amigos". E Gusmão, seco: "Eu nem conhecia o Jório. Investiguei e concluí que era o melhor". Soluciona-se o impasse com um terceiro nome: Carlos Alberto Leite Barbosa. Amigo do presidente.

Segunda fase do governo Sarney. O ministro da Indústria e Comércio já é, portanto, José Hugo Castello Branco. O IBC vira escândalo. A administração de Leite Barbosa dá um rombo de 300 milhões de dólares nas contas do café. Por isso, ou por aquilo, Barbosa ganha do presidente a embaixada na Venezuela. Para o IBC vai Paulo Graciano, amigo dos amigos do presidente.

Terceira fase do governo Sarney. Aumenta o fogo cruzado do desprestígio. E às razões gerais disso, somam-se denúncias progressivas contra a administração devastadora de Paulo Graciano. Alega-se que

reduziu à metade as exportações, comprometeu o Tesouro e estragou produtores. Injustiça. Paulo Graciano foi rigorosamente fiel à política do governo de amigos. Fez numerosos e grandes negócios, como podem testemunhar várias figuras do governo. Sob a ameaça e o temor de um escândalo daqueles de esvaziar palácios, o governo resolve ceder aos caudatários e entregar o IBC a uma pessoa tida como capaz de restaurar o moral e tecnicamente. Um nome pouco conhecido: Jório Dauster.

Dois anos e alguns bilhões de dólares não fazem falta, são café pequeno. Mesmo porque não se perderam de todo. De algum modo, alguns ganharam boa parte disso.

## Carta inútil

Já vem de algum tempo a decadência dos Correios, que há poucos anos chegaram a deter o melhor índice de confiabilidade da população entre os serviços públicos e similares. Mas a velocidade com que esta degradação se amplia e aprofunda, como se o serviço postal estivesse a cargo do Ministério da Fazenda, faz concluir que a Empresa Brasileira de Correios está acéfala e abandonada.

Correspondências da ou para a Europa, que em cinco dias chegavam ao destinatário, agora tardam sessenta ou nem chegam. Na tardança ou sumiço de documentos e correspondência comercial, embarços insuperáveis se estão criando a cada dia.

Tudo isto se explica, porém: em dependências dos Correios há oceanos crescentes de correspondência abandonada. Por cuja entrega os Correios já receberam do remetente brasileiro ou se creditaram nos acordos internacionais. Sem mais (inclusive esperança), cordiais saudações.

ALEXANDRE POLESÍ

Enviado especial a Brasília

O Congresso constituinte vai instalar-se oficialmente hoje, às 16h, sob o impacto do primeiro ato público de protesto da atual temporada constituinte. Com apoio da CUT, CGT e partidos como PT, PCB e PDT, começará duas horas antes na rampa de acesso ao Congresso Nacional. O ato protestará contra a "Constituição sem o povo" — como dizem os panfletos da CUT distribuídos ontem —, e reivindicará salário mínimo de Cz\$ 4.884,00, reforma agrária e suspensão do pagamento da dívida externa.

Será, na prática, a inauguração oficial do 'lobby' dos sindicatos junto ao Congresso constituinte. O fracasso do "entendimento nacional" entre o governo, patrões e empregados acelerou os preparativos para este 'lobby', que atuará em duas frentes ao longo do ano. A primeira, em Brasília, com pressões diretamente sobre os parlamentares. A segunda, em vários Estados, com a politização das campanhas salariais, a vinculação de reivindicações econômicas aos temas constituintes e o anúncio de uma nova greve geral para os próximos meses.

## Críticas à trégua

Curiosamente, a tentativa de trégua patrocinada pelo Ministério do Trabalho, que havia dividido os sindicatos entre os que aceitavam e os que rejeitavam negociar, acabou, com seu fracasso, aproximando a linguagem de entidades rivais, como a CGT e CUT. As duas centrais sindicais irão se reunir no próximo dia 5, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em Brasília, exatamente para discutir o calendário de eventos sindicais que poderá desembocar — dizem os dirigentes — em nova greve geral.

Para a CUT (Central Única dos Trabalhadores), vinculada ao PT, a trégua foi apenas uma fórmula encontrada pelo governo para manter os trabalhadores afastados da Constituinte. "O pacto visou apenas legalizar este país sem a participação da classe trabalhadora", disse o presidente da CUT, Jair Meneguelli, 40, na última semana.

Mais moderado, o presidente da CGT (Central Geral dos Trabalhadores), Joaquim dos Santos Andrade, 57, chegou a acreditar nas negociações, mas mudou logo de ideia e hoje não quer mais saber de entendimento. Embora filiado ao PMDB, "Joaquimão" terminou a série de negociações da semana passada com críticas ao comportamento "exclusivis-

ta" do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, nas negociações, e já admite discutir as propostas da greve geral defendidas pela CUT e pelos militantes do PC do B filiados à CGT.

O "lobby" dos sindicatos, entretanto, já está razoavelmente organizado e é mais velho que os de empresários e agricultores, formados nos últimos meses. O comando deste "lobby" é o Diap — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar —, fundado em 1983, com sede própria em Brasília, um corpo de doze técnicos e advogados pagos pelo movimento sindical, computador e uma atuação que procura pairar acima das divisões entre os dirigentes.

O Diap "será o elo de ligação" entre as propostas do movimento sindical e o Congresso constituinte, segundo seu diretor-técnico, Ulisses Riedel de Resende, 53, um experiente advogado trabalhista. A ideia do Diap surgiu em 1981, por sugestão do presidente da Confederação dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Aloysio Ribeiro, um líder sindical independente tanto da CUT quanto da CGT.

A entidade foi batizada pelo advogado Maurício Soares de Almeida, veterano assessor jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e dirigente do PT. Fundado em 1983, o Diap começou a trabalhar em 1984 e, durante a fase constituinte, terá como principal tarefa pressionar os parlamentares em favor dos projetos dos sindicatos.

Esta pressão será feita através do "Quem é quem", segundo Ulisses Riedel. Trata-se de um acompanhamento sistemático de todas as atividades da maioria dos 559 constituintes, desde sua participação ou ausência nas comissões técnicas, até declarações e discursos, além do seu comportamento durante votações importantes para os sindicatos. Tudo isso será relatado em boletins, aos trabalhadores das bases eleitorais desses parlamentares. "Teremos holofotes iluminando esses parlamentares para seu eleitorado. Já temos um levantamento do perfil de todos os eleitos", disse Ulisses ontem.

O Diap terá ajuda de estudantes de Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para a redação de jornais e boletins sobre os trabalhos do Congresso constituinte. Isso foi possível graças a um convênio entre o Diap e a USP, pelo qual dois estagiários de Jornalismo estarão a cada quinze dias em Brasília, trabalhando numa sala do Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, o Diap preparará projetos de lei que serão apresentados aos constituintes. Já há quatro concluídos, e um deles causou polémica em 1986. Trata-se do "projeto 1", que proibia "demissões imotivadas" e que ganhou o nome de "proposta Pimenta da Veiga", pelo fato de o atual líder do PMDB na Câmara dos Deputados ter sido o primeiro a assiná-lo. Na verdade, o projeto foi preparado pelo Diap.

Com estatutos parecidos com os do Dieese — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos —, o Diap tem hoje cerca de trezentas entidades sindicais filiadas, de todas as tendências.

As entidades sindicais mais radicais, porém, apostam na força do "lobby externo" como principal meio de pressão junto ao Congresso constituinte. Isto é, greves setoriais e a sonhada greve geral, desta vez sem

"erros" da greve do último dia 12 de dezembro. A convocação de que as campanhas salariais deste ano serão focos de pressão sobre os constituintes é partilhada tanto por dirigentes como Jair Meneguelli, da CUT, quanto por Aloysio Ribeiro, da Confederação dos Trabalhadores em Transportes.

A CGT e a CUT, por sua vez, estão estudando a instalação de escritórios em Brasília, enquanto que até a conservadora CNTI já admite acompanhar algumas das propostas dos líderes mais à esquerda, como o calendário de eventos.

Tudo isso fora a pressão direta sobre Brasília, como a manifestação na rampa do Congresso prevista para hoje às 14h, e uma "tropa de choque" sindical permanente. "Haverá um pelotão de técnicos e assessores e dirigentes sindicais em Brasília 24 horas por dia junto ao Congresso", afirmou Ulisses Riedel.

## Governo não quer recesso do Congresso proposto pelo PMDB

Da Sucursal de Brasília

O Palácio do Planalto é contrário à ideia de instalação de uma Constituinte exclusiva, aprovada pelos deputados federais do PMDB na noite de anteontem. O ministro-chefe do

Gabinete Civil, Marco Maciel, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, fizeram ontem contatos com parlamentares do PMDB e do PFL para dizer que se Câmara e Senado não forem instalados, poderão ocorrer graves consequências.